



Peregrinação entre tradição e modernidade: contributos para uma classificação

Pilgrimage between tradition and modernity: contributions to a classification

*Maria da Graça Mouga Poças Santos**

Resumo: O objetivo principal deste texto será, para além da tentativa de definir o que se entende por peregrinação, a apresentação de uma sistematização de diferentes tipos de peregrinações históricas ou subsistentes, sendo certo que cada uma delas pode abarcar mais do que uma modalidade. Assim, será possível abordar e caracterizar de uma forma mais abrangente a diversidade de que se reveste esta prática. Com base num conjunto de critérios selecionados, procura-se abordar a temática, simplificando a compreensão da realidade assaz complexa que o fenómeno da peregrinação traduz na atualidade.

Palavras-chave: Peregrinação. Classificação. Geografia da religião.

Abstract: The main aim of this text is, in addition to the attempt to define what is meant by pilgrimage, the presentation of systematization of different types of historic or subsisting pilgrimages, each one of which can cover more than one modality. Thus, it will be possible to approach and characterize more comprehensively the diversity of this practice. Based on a set of selected criteria, we try to approach this theme, simplifying the understanding of the very complex reality that the phenomenon of pilgrimage currently means.

Keywords: Pilgrimage. Classification. Geography of religion.

Introdução

O tema das peregrinações, enquanto modalidade específica de mobilidade geográfica, constitui uma linha de força da investigação que temos realizado (Santos, 2006, 2008, 2010). A definição de peregrinação, necessariamente polissémica, dada a variedade de perspetivas que enriquecem a abordagem científica deste fenómeno social, é, no entanto, um pressuposto para qualquer estudo neste âmbito.

Efetivamente, a peregrinação é uma antiga realidade da mobilidade humana, assistindo-se nas últimas décadas a um ressurgimento desta prática, nem sempre segundo formas e parâmetros convencionais. Na tentativa de abarcar tanto as modalidades tradicionais de peregrinação como outras realidades emergentes, mas que partilham com aquelas proximidades e afinidades, quer no plano conceptual quer no plano prático, certos autores (Bhardwaj e Rinschede, 1990) preconizam que se enfatize a natureza da peregrinação enquanto “jornada sentimental”, para abarcar práticas situadas fora

* Doutora em Geografia (UC). Professora Coordenadora do Departamento de Ciências Sociais do IPLEiria. ORCID: 0000-0001-5501-2605 – contato: graca.santos@ipleiria.pt.

do campo da estrita motivação religiosa. De facto, reconhecendo que a génese das peregrinações é indubitavelmente religiosa, sublinham que, na atualidade, nem todas representam uma busca do sobrenatural.

Os mesmos geógrafos constataam que a peregrinação religiosa se relaciona quase sempre com a tradição, mas que tal facto não deve levar a qualquer conclusão apresada relativa à hipotética extinção desta prática em razão dos progressos científicos e tecnológicos, defendendo que “estes mesmos avanços podem, num sentido dialético, causar um ressurgimento de sentimentos religiosos e ser utilizados para articular e intensificar esta prática” (idem, p. 9). Nesta linha, Digance (2003) considera até que a peregrinação se tornou mais popular do que nunca, ao referir a circunstância de que “santuários há muito estabelecidos continuam a atuar como ímanes para os que procuram objetivos de natureza espiritual” (op. cit., p. 143), defendendo que a existência de uma vasta literatura sobre peregrinações é um indicador relevante dessa popularidade.

Porém, em termos da peregrinação clássica, a decisão de partir em peregrinação, que nasce de uma disposição interior com vista à persecução de metas de natureza espiritual (para além dos próprios objetivos concretos da deslocação), pode implicar em muitas circunstâncias um corte temporário com a comunidade religiosa habitual e com os dirigentes desta, passando a dar-se uma integração tanto no grupo com que se faz o percurso (exceto se for uma peregrinação solitária), como com o conjunto dos peregrinos que se encontrarem em simultâneo no santuário ou outro lugar de destino. Estamos assim perante uma “comunidade” temporária capaz de promover relações sociais que podem ser até de grande intensidade (entreatajuda, comunhão espiritual, sentimento de fraternidade,...) mas, normalmente, sem carácter duradouro.

A peregrinação pode ser analisada enquanto fenómeno geral e abrangente, considerando aspetos como a localização, as características e o significado de lugares e itinerários, mas é possível estudá-la enquanto experiência individual específica, perspectiva que tem vindo a ser seguida em trabalhos de investigação mais recentes, numa abordagem centrada mais no peregrino do que na peregrinação, isto é, mais virada para os aspetos interiores, pessoais e subjetivos do que para a dimensão externa do fenómeno (Collins-Kreiner, 2018).

Com efeito, há que discernir a natureza da peregrinação, distinguindo-a de outras formas de deslocação humana, ainda que também de motivação religiosa. Daí que consideremos relevante começar por propor um conceito operativo de peregrinação, como alicerce e pressuposto deste breve estudo.

Desde há muito (Santos, 2010, p. 151) que consideramos ser “a especificidade do olhar geográfico [...] especialmente adequada à análise da realidade peregrinacional”, atendendo à importância do binómio espaço-deslocação para a Geografia, sendo certo que o mesmo está no cerne da própria essência da peregrinação. De facto, do nosso ponto de vista, propendemos a considerar, sobretudo a partir da realidade do catolicismo, que as peregrinações são fluxos de pessoas que, por motivações exclusiva ou predominantemente religiosas, se deslocam de um lugar marcado pelas práticas e relações do quotidiano (domicílio, trabalho, família, vizinhança) para um outro (santuários, centros religiosos, locais de festividades religiosas, etc.), na procura de “fontes”

de carácter espiritual ou de local adequado para a prática de atos de devoção religiosa, assumindo variadas formas de culto divino, mariano ou dos santos.

Como fica patente, consideramos que continua a ser pertinente falar de peregrinação, em sentido próprio, exclusivamente para a realidade acima definida, se bem que não seja de excluir o uso como metáfora, por exemplo no caso das chamadas peregrinações seculares. Neste ponto, autores como Liutikas (2018, p. 98) defendem mesmo que, em certo sentido, “a ‘peregrinação’ perdeu o seu significado religioso e é usada em contexto secular”, num mundo globalizado e virtualizado (criação de “espaços sagrados virtuais”, embora reconheça que estes não proporcionam as experiências que as verdadeiras peregrinações permitem). Também Liro et al. (2018, p. 8) referem que a *peregrinação secular* apresenta “a estrutura e o comportamento correspondentes às peregrinações, mas está ausente a motivação religiosa”.

O estudo que acabámos de introduzir consiste essencialmente na apresentação de uma proposta de classificação das peregrinações, tendo como objetivos declarados construir um quadro sistemático, metodologicamente elaborado com base em diferentes critérios, que mostrem a pluralidade e a diversidade de situações que o facto peregrinacional abrange. Deste modo, favorecer-se-á o estudo comparativo dos fenómenos de peregrinação, no âmbito da geografia da religião, mas que julgamos com interesse para além das fronteiras, aliás fluidas, deste campo disciplinar, explorando o tópico da geografia das tradições religiosas e sua projeção na contemporaneidade.

Para uma taxonomia das peregrinações: proposta de quadro classificativo

Conforme foi referido, passaremos a apresentar uma sistematização dos diferentes tipos de peregrinações históricas ou subsistentes, sendo certo que cada uma delas pode abarcar mais do que uma modalidade. Assim, será possível abordar e caracterizar de uma forma mais abrangente a diversidade de que se reveste esta prática. Com base num conjunto de critérios selecionados, procura-se abordar a temática, simplificando a compreensão da realidade assaz complexa que o fenómeno da peregrinação traduz na atualidade. Aliás, o interesse desta classificação será mesmo esse: o de se poder elencar de uma forma mais exaustiva as diversas características de uma qualquer peregrinação.

Com base em quinze critérios pré-selecionados (ver Figura 1), a partir da revisão da literatura pertinente e do levantamento do estado da arte, mormente em termos de estudos geográficos, interessa-nos sistematizar esta temática, na tentativa de simplificar a compreensão da realidade assaz complexa que o fenómeno da peregrinação encerra.

Dificuldade física

Em tempos antigos, nomeadamente na peregrinação medieval, a *dificuldade física* era inseparável da prática de peregrinar: transpor a distância espacial por caminhos pedregosos e acidentados ao longo de semanas ou meses era só por si uma considerável prova de esforço, em que falar-se de um percurso penitencial não era uma simples metáfora. Ainda hoje a peregrinação a pé, entendida como arquétipo desta prática

Figura 1 – Quadro classificativo das peregrinações



Fonte: Elaboração da autora (2019).

religiosa, posto que por vias mais seguras e menos difíceis e com apoios ao longo da mesma, patenteia um empenho acrescido para vencer a distância até ao destino. Alguns peregrinos acrescentam diferentes formas de dureza ou mesmo sacrifício em certos troços do itinerário, em especial na etapa final de chegada ao santuário.

Pelo contrário, pelo menos de acordo com o critério aqui em causa (dificuldade física), muitas das deslocações religiosamente motivadas, mesmo que com o cunho de peregrinação e não apenas de turismo religioso, podem ser caracterizadas como *sem dificuldade*, dada a utilização de modernos meios de transporte (designadamente, autocarros e automóveis) e de formas de alojamento de tipo hoteleiro, garantindo condições de comodidade e conforto consideravelmente diferentes das registadas nas peregrinações referidas no parágrafo anterior. Aqui, dificilmente encontraremos uma dimensão penitencial pois, como referem Bertrand e Muller (1999, p. 41), “entre a descida de autocarro em Montmartre e a subida de joelhos da escadaria para o santuário da Virgem em Roc-Amadour, não são despiciendas as diferenças de comportamento”.

Formalidade

Sob este critério relacionado com a padronização das peregrinações, podemos distinguir entre peregrinações *formais* e *informais*, de acordo com a maior ou menor rigidez dos rituais e dos comportamentos dos indivíduos no decurso da sua peregrinação. Todavia, esta questão da *formalidade* não se pode ver dicotomicamente, como salienta Morinis (1992), ao propor que se analise esta realidade através de um ‘continuum’ entre um polo muito formalizado (que pode incluir práticas peregrinacionais obrigatórias para o crente) e um polo muito informal e de não institucionalização de fórmulas e rituais.

Apesar desta gradação de classificação de peregrinações segundo o critério aqui em causa, aquele autor (op. cit.) considera que as peregrinações *formais* (ex., *hajj* a Meca) se caracterizam pelo formato rígido, ênfase nas fórmulas e rituais, natureza altamente simbólica, padrões morais e códigos comportamentais muito estritos, enquanto as *informais* (ex., certas peregrinações japonesas) patenteiam um formato flexível, valorizando a experiência direta e pessoal e denotando um código comportamental mais aberto e um conteúdo simbólico menos forte.

Por outro lado, num contexto religioso completamente diferente, Jackson, Rinschede e Knapp (1990) aludem às deslocações dos mórmons a templos e lugares históricos importantes para a sua religião, as quais, a serem consideradas peregrinações, sê-lo-ão certamente em termos informais.

Numa ótica mais focada na realidade norte-americana, que considera ao mesmo tempo singular e diversificada (influência e “transplantação” de tradições oriundas de outros contextos religiosos e geográficos), igualmente, Olsen (2016) se reporta implicitamente a este critério, aludindo a um leque variado de práticas peregrinacionais ou para-peregrinacionais, tanto de natureza formal como informal, sustentando que, estas últimas, por vezes, escapam aos quadros teóricos desenvolvidos pelos académicos acerca da peregrinação e de outras deslocações rituais.

Número de pessoas

A decisão de peregrinar e a própria experiência de peregrinação radicam em motivações, necessidades e anseios eminentemente pessoais e, neste sentido, poder-se-ia dizer que toda a peregrinação assume uma natureza individual. Porém, grande parte das deslocações desta natureza são efetuadas em grupo, sem prejuízo dos casos em que o peregrino se põe a caminho ou de desloca solitariamente.

Esta classificação procura, portanto, distinguir as peregrinações em função do número de pessoas envolvidas, diferenciando as situações de peregrinação *individual* e de peregrinação *coletiva* ou grupal, sendo certo que, nesta última, varia consideravelmente a dimensão do grupo, entre deslocações efetuadas por pequenos grupos e, outras, por grupos constituídos por muitas pessoas.

Nolan e Nolan (1989) tipificam apenas as peregrinações de natureza *individual*, por um lado, e as de características *comunitárias* (ou comunais), por outro, sobretudo numa lógica de enfatizar os laços que, nestas últimas, se estabelecem entre os participantes durante a jornada até ao lugar de peregrinação, e a experiência neste vivida. Esta abordagem, embora interessante por chamar a atenção sobre as relações interpessoais potenciadas pela peregrinação, parece não ter em conta os casos em que é possível a realização coletiva de uma peregrinação, sem que necessariamente se verifique uma experiência mais intensa, de natureza comunitária.

Provavelmente, aqueles autores teriam em mente a realidade das peregrinações a pé efetuadas em grupo, em que a própria morosidade e dificuldade (inclusivamente do ponto de vista físico) para vencer a distância induz uma maior intensidade nas relações entre os participantes. Ora, existem hoje formas de peregrinar com recurso aos modernos meios de transporte em que, apesar de serem realizadas coletivamente, podem ser muito escassas ou mesmo nulas as relações desenvolvidas entre as pessoas em causa (aqui residindo a sua natureza coletiva *não comunitária*), nisto se assemelhando às peregrinações levadas a cabo individualmente.

Com efeito, na peregrinação *individual* e na *coletiva* de tipo *não comunitário*, está ausente a dimensão de ‘*communitas*’ (Turner, 1978) que se associa geralmente à peregrinação e que se traduz num sentido de igualdade, fraternidade e de pertença induzido pela partilha de uma jornada e de um tempo vividos de forma particularmente intensa, em que se diluem, de certo modo e embora temporariamente, os estatutos socioculturais e económicos do quotidiano extra-peregrinacional.

Tipo de transporte

Autores tão distantes temporalmente como Deffontaines (1948) e Liutikas (2018), distinguem as peregrinações de acordo com o *meio de transporte* utilizado. Assim, as deslocações peregrinacionais podem ser realizadas tanto a pé (para alguns a forma mais genuína de peregrinar), como recorrendo a formas de transporte antigas (cavalo, camelo ou outros animais e veículos de tração animal, barco) ou modernas (comboio, automóvel, e avião).

Na verdade, embora o peregrino a pé corresponda ao arquétipo do *homo viator* que se desloca em peregrinação, é lícita a utilização dos mais diversos meios de transporte para efectuar o percurso até ao destino final, mesmo quando isso implica a não utilização das rotas tradicionais. Por exemplo, o chamado Caminho de Santiago (nos seus vários itinerários) apenas pode ser transposto andando a pé, a cavalo ou de bicicleta, dadas as características específicas das estradas e caminhos medievais a percorrer. Todavia, tal circunstância não implica que possamos “negar a condição de peregrino àquela pessoa que se desloca a Santiago de avião, automóvel ou comboio, por motivos religiosos” (Santos Solla, 1993, p. 786).

A natureza dinâmica da actividade de peregrinação e a evolução de que se tem revestido ao longo dos tempos reflectem-se, de modo particularmente saliente, nos meios de transporte utilizados nas deslocações. Isto é bastante evidente na actualidade, em que as alterações nos estilos de vida das pessoas e o surgimento de um peregrino moderno mais abastado e apressado conduziram à utilização dos mais diversos veículos. No Japão, por exemplo, desde a última década que começaram a realizar-se peregrinações em helicóptero aos diferentes sítios sagrados do complexo religioso budista da ilha de Shikoku, facilitando-se assim a visita a estes lugares por parte dos membros de uma sociedade em envelhecimento progressivo como é a japonesa (Tanaka, 1999).

Percurso

A maior parte das peregrinações, tanto antigas como contemporâneas, implicam uma deslocação entre o lugar de partida (frequentemente o centro de vida quotidiana do peregrino) e o destino de peregrinação, num percurso *linear* entre um ponto A e um ponto B, sem prejuízo de, ao longo desse trajeto, serem visitados diferentes locais de interesse religioso ou outro, que se assumem como destinos secundários ou intercalares relativamente ao objetivo principal da deslocação¹.

Também é certo que se podem estabelecer itinerários ou circuitos de visita a diversos santuários ou outros lugares de peregrinação, como já referiu Deffontaines (1948) e, atualmente, são vários os exemplos de tentativas de estabelecer redes entre certos lugares religiosos, bem como a sua promoção conjunta e conjugada, a fim de potenciar peregrinações consecutivamente e sequencialmente, numa mesma viagem, a todos ou alguns dos pontos que integram essas redes, como acontece, por exemplo, com a rede “Shrines of Europe” (Santos, 2019).

Todavia, as situações acima apontadas não põem em causa a natureza essencialmente linear do percurso peregrinacional que, aliás, é uma característica comum das peregrinações europeias, americanas e outras. Não se confunda esta linearidade deste tipo de peregrinação com práticas realizadas no lugar de destino, as quais podem patentear uma certa circularidade, como acontece com procissões e circum-ambulações

1 Já Turner e Turner (1978, p. 22) tinham chamado a atenção para esta circunstância, ao referirem que “quando o peregrino avança em direção ao seu destino sagrado final, tende a parar em todas as principais estações ao longo do seu caminho e aí praticar alguma forma de penitência ou devoção pessoal, preparando-se para o clímax espiritual no santuário central” a que se dirige.

ou circunvoluções à volta de um elemento considerado especialmente sagrado ou significativo.

Por exemplo, nas peregrinações a Meca (Hajj e Umrah), em si mesmas deslocações de tipo linear, que os islâmicos fazem a partir do seu lugar de origem, os crentes devem circum-ambular em torno da Caaba (elemento mais sagrado do Islão) sete vezes, no sentido anti-horário, acreditando que o círculo assim desenhado com o movimento em causa demonstra unidade e harmonia na adoração de Alá. Também em muitos lugares de peregrinação católica, embora não sendo práticas religiosamente prescritas, são habituais deslocações individuais ou procissões deste cariz, v.g., em torno de uma capela ou imagem.

Bastante diferentes são os casos em que a própria peregrinação assume um percurso *circular*, como acontece em contextos religiosos orientais. Um dos exemplos mais interessantes desta prática é o da chamada Yātra, uma forma de peregrinação hindu realizada tradicionalmente em Varanasi (Benares), caracterizada pela deslocação em circum-ambulação num itinerário que percorre vários sítios considerados sagrados, em ciclos de duração diversa, com práticas de rituais específicos em cada um dos pontos do roteiro (Singh, 2002).

Com uma certa afinidade relativamente ao critério-base da classificação referida neste ponto está a proposta de Stoddard (1997), ao estabelecer as rotas de peregrinação como fator de diferenciação, distinguindo as mesmas consoante a escolha dessas rotas resulte, por um lado, de uma decisão dos peregrinos com base em critérios de tempo, facilidade e custo, bem como nas perceções e conhecimento sobre elas (em grande medida, de maneira semelhante a outros tipos de deslocação) ou, por outro, derive de prescrições religiosas mais ou menos formalizadas (v. Tabela 1).

No primeiro caso, estamos perante roteiros *convergentes* em direção ao local de destino, em que o aumento de esforço e penosidade que os verdadeiros peregrinos muitas vezes procuram deliberadamente é conseguido mais pelas condições da viagem (*maxime* nas deslocações a pé) do que pelo caminho seguido.

Tabela 1 – Rotas de peregrinação

Convergentes	
Prescritas	Circulares
	Não circulares (“processionais”)

Fonte: elaboração da autora (2019).

No outro tipo de peregrinações as rotas estão *prescritas* em textos religiosos ou resultam de costumes e tradições, sendo esses itinerários vistos, em si mesmos, como mais ou menos sagrados. Nestes casos, a sacralidade da peregrinação deixa de estar unicamente concentrada no lugar de destino, difundindo-se ao longo de todo o trajeto, que pode incluir locais religiosos de visita recomendada e, no limite, não haver sequer um objetivo específico dominante. De acordo com a forma que este movimento apresente se classificará este tipo de peregrinações em *circulares* (circum-ambulações

de grande extensão, muito comuns na Índia ou no Japão), ou *não circulares* (os vários pontos sagrados a percorrer estão dispostos linearmente, em direção a um centro religioso mais importante).

Especialização funcional

Em geral, os destinos de peregrinação podem apresentar, em termos de *especialização funcional*, uma delimitação de acordo com o credo religioso no seio do qual teve a sua génese e desenvolvimento, estando portanto afetos primordialmente a um certo *credo religioso* (católico, budista, hindu, islâmico, etc.), em cujo contexto desempenham um papel mais ou menos relevante, em função da importância do santuário ou lugar sagrado em causa.

Sendo esta uma regra geral, têm sido reportados (Deffontaines, 1948) casos de uso mais ou menos pacífico de um mesmo lugar por crentes de mais do que uma religião, de que o exemplo mais notório continua a ser o da cidade de Jerusalém, considerada sagrada quer para as várias denominações cristãs (em especial, a católica romana e a ortodoxa), quer para os muçulmanos e para os judeus, uma partilha também por vezes conflituosa ou até sangrenta. Estas situações de peregrinações com espaços partilhados por diferentes sensibilidades religiosas são mais evidentes em situações de sincretismo religioso, como a assinalada por Rosendahl (1996; 1999).

Dentro do mesmo sistema de crenças, pode existir outro tipo de especializações de função peregrinacional, como acontece nas circunstâncias em que a peregrinação é um elemento importante, por vezes, mesmo determinante, para a identidade *étnica* ou nacional, constituindo a peregrinação um elemento de reforço do sentimento de pertença ao respetivo grupo (por exemplo, a identidade andaluza está muito ligada às peregrinações ao Santuário da Virgen del Rocío – Espanha ou a comunidade cigana às de Saintes Maries de la Mer – França).

Uma outra distinção possível, segundo este critério, diz respeito a peregrinações especializadas em função de diversas classes *socioprofissionais* ou outras, podendo estas exemplificar-se com os diferentes tipos de peregrinações que, deste ponto de vista, afluem ao Santuário de Fátima ao longo do ano: peregrinações de bombeiros, de militares, de *motards*, de ciclistas, de ranchos folclóricos, de migrantes etc.

Sendo certo que, desde sempre², as peregrinações tiveram frequentemente como motivação um pedido de cura de doenças e, em geral, ligadas a questões de saúde, não é de estranhar a existência de peregrinações especializadas de doentes em muitos santuários, como Lourdes, sendo conhecidos os *trains blancs* que transportam doentes e deficientes para este destino.

2 São conhecidas as peregrinações na Grécia antiga a templos dedicados a Esculápio, a que se dirigiam doentes de todo o mundo helénico, em especial ao santuário de Epidauro, em cujas ruínas foram encontrados inúmeros *ex-votos*, objetos de barro, pedra ou metal que nos revelam uma imensa variedade de doenças e problemas de saúde dos peregrinos, os quais se instalavam durante algum tempo em verdadeiros dormitórios-hospitais, associando-se à componente religiosa, tratamentos termais e outros.

Duração

Do ponto de vista da *duração*, é muito variado o leque de possibilidades, até ao extremo de uma vida inteiramente dedicada a peregrinar (peregrinação *contínua*), como acontece com certos homens santos do hinduísmo que vagueiam sem cessar ao longo da sua existência, abdicando de um lugar estável como centro de vida. Nestes casos, a vida é uma verdadeira peregrinação permanente e não uma metáfora de um caminho em peregrinação para a dimensão transcendente.

No polo oposto do subtipo anterior, temos peregrinações de apenas *um dia* ou até de algumas horas, em que, num período inferior a 24h, quase sempre sem pernoita no trajeto ou no destino, se abrange a partida do domicílio, a deslocação, a chegada e estada no destino, bem como o regresso a casa. A esta modalidade, tornada popular na atualidade devido aos modernos meios de transporte, poderíamos designar por verdadeiro excursionismo peregrinacional.

Entre estas duas possibilidades, encontramos uma série de durações intermédias, aliás talvez as mais frequentes, de peregrinações de *vários dias*, de uma semana, de uma quinzena ou de um mês (como acontece com muitas das peregrinações a pé para Fátima ou Santiago de Compostela, com origem em lugares mais afastados do destino) ou mesmo (Deffontaines, 1948) ao longo de toda uma *estação* do ano.

Periodicidade

Ainda quanto ao fator tempo, mas agora tendo como vetor diferenciador não a duração mas a *periodicidade* com que a mesma ocorre habitualmente, é possível distinguir as situações em que as peregrinações se realizam em *fluxo permanente* ao longo de todo o ano, das que têm carácter *sazonal* (neste sentido, podem ser designadas como peregrinações *rítmicas*, pois obedecem ao ritmo de um certo calendário – litúrgico ou outro), apresentando um *fluxo periódico*, a par dos casos em que, dado o carácter *intermitente* das mesmas, não é possível estabelecer uma regularidade periódica para a sua classificação.

De facto, embora na sua maioria os sítios de peregrinação sejam visitados durante todo o ano, regista-se que quase sempre existe um período de maior afluência, isto é, em que se concentra o maior número de peregrinações, coincidindo este com as datas mais marcantes do calendário religioso, com os dias em que se comemoram os eventos fundadores ou ligados à vida dos protagonistas ou personalidades veneradas nesses lugares.

Ainda sobre o fator da periodicidade, é de referir que o calendário das peregrinações pode estar ligado, como acontece p. ex. no quadro do budismo, a factos ou conjunções astronómicas consideradas favoráveis do ponto de vista religioso, o que pode acontecer em termos do ano solar ou lunar, bem como a uma periodicidade plurianual resultante dessas coincidências astrais. Também as condições meteorológicas habituais podem determinar ou influenciar os fluxos periódicos de peregrinação, sendo muitas vezes preferidos os meses de Verão, por serem geralmente menos difíceis (em particular, na Europa e em destinos de montanha) as condições de peregrinar. Tradicionalmente, num

mundo ruralizado, também os trabalhos agrícolas condicionavam temporalmente as peregrinações, as quais seriam mais intensas e numerosas depois da época das colheitas.

Complementarmente ao acima referido, e no que tange igualmente à periodicidade ou frequência da peregrinação, Stoddard (1997) deu um contributo interessante, que se traz à colação neste ponto (vide Tabela 2), ao referir a importância deste fator de natureza temporal para distinguir diferentes variantes de peregrinação, em função da regularidade que se possa detetar na sua ocorrência, aferindo este critério com base num padrão de anualidade (peregrinações *anuais*). Desta maneira, qualifica de *frequentes* as que aconteçam várias vezes por ano e *raras* as que têm lugar mais esporadicamente, isto é, cujo período de realização é superior a um ano.

Claro que, considerando a natureza contínua da variável temporal, entendida aqui como o número de ocorrências num determinado lapso de tempo (sendo o ano a unidade de medida escolhida), encontramos exemplos que vão desde eventos de peregrinação extremamente raros até situações em que são quase permanentes e ininterruptos os fluxos de peregrinos.

Tabela 2 – Frequência da peregrinação

Frequentes

Anuais

Raras

Fonte: elaboração da autora (2019), a partir de Stoddard (1997).

Finalmente, em certas situações, é possível traçar um período do ano no qual as peregrinações são mais frequentes, devido a especificidades do calendário religioso que lhes é próprio, as quais determinam um certo carácter sazonal da maioria das peregrinações, podendo falar-se de uma espécie de binómio “estação alta” (por exemplo, em Fátima de maio a outubro) e “estação baixa” (os restantes meses) do santuário de destino.

Destino

Do ponto de vista da natureza do *destino*, embora a maioria das peregrinações tenham como objectivo da deslocação atingir um determinado ponto *fixo* do globo (santuários, etc.), em certos casos, como acontece no hinduísmo, os peregrinos procuram alcançar um destino *móvel*, ou seja, o contacto com uma pessoa viva que consideram particularmente santa, a qual está, naturalmente, dotada de mobilidade e daí que os peregrinos a sigam para onde se encontre. Algo de semelhante se passa quando os ismaelitas vão ao encontro do seu líder religioso – Agha Khan, ou mesmo com as grandes concentrações de católicos que se deslocam expressamente para ver o Papa.

Ainda quanto ao critério do *destino*, pode afirmar-se que, em geral e maioritariamente, as peregrinações dirigem-se a um *destino único*, que constitui o objetivo de viagem para o visitante, mas não podem deixar-se sem referência os casos em que estamos perante uma deslocação com *múltiplos destinos*, sejam estes *principais* ou *intercalares*.

Efetivamente, embora existam atualmente rotas de peregrinação para visita de diferentes santuários de primeira grandeza – por exemplo, a rota “Shrines of Europe” referida em Santos (2019) – todos eles vários destinos *principais*, o que é possibilitado pelo uso dos modernos meios de transporte, em especial as viagens aéreas, talvez sejam mais significativos, neste âmbito das peregrinações com uma multiplicidade de destinos, os casos, como os diferentes caminhos para Santiago de Compostela, em que “os peregrinos a pé usam santuários secundários como etapas intermédias no seu percurso” (Liutikas, 2018, p.89).

Estabilidade

Um esboço de história comparada das diferentes peregrinações permite-nos reconhecer a existência de períodos de gênese, crescimento, maturidade e declínio das peregrinações, que é possível aferir com base no critério da *estabilidade* dos movimentos de peregrinação em direção aos respetivos destinos.

Destarte, distinguem-se os casos de peregrinações que se revelam mais persistentes no tempo (*duradouras* ou *estáveis*), mesmo que passem por períodos de alguma diminuição dos caudais de visitantes, de que é exemplo a peregrinação compostelana, cujo apogeu medieval parece replicado nas últimas décadas, em que um novo fôlego foi induzido pela atribuição pelo Conselho da Europa da classificação de Itinerário Cultural Europeu em 1987, bem como as peregrinações a Fátima, com fluxos ininterruptos desde 1917.

Pelo contrário, muitas peregrinações, por exemplo, de carácter local, não resistiram ao passar do tempo, às mudanças sociorreligiosas e à emergência de outras peregrinações, pelo que a sua existência se pode qualificar como meramente *ocasional* (quando se trata de uma prática pontual que não vingou) ou *efêmera* (cuja prática se foi extinguindo ao longo de um período de tempo mais ou menos curto).

Entre estes dois tipos de peregrinação (*duradouras* vs. *efêmeras*) não será de excluir a eventualidade de situações em que certas peregrinações aparentemente extintas possam ressurgir após um tempo, de maior ou menor duração, de letargia ou hibernação.

Esta classificação aproxima-se de uma outra, proposta por Deffontaines (1948), quando se refere a peregrinações vivas ou progressivas, por um lado, e a peregrinações mortas ou regressivas, por outro. Esta perspectiva, porém, parece-nos mais adequada para a qualificação não tanto das próprias peregrinações, mas mais dos destinos a que estas se dirigem (Santos, 2008).

Dever religioso

Encontramos peregrinações no âmbito de várias denominações religiosas como práticas *voluntárias* ou facultativas levadas a cabo pelos crentes, frequentemente, *incentivadas* ou *encorajadas* pelas autoridades religiosas, sendo elas próprias, em muitos casos, entidades organizadores das peregrinações (cfr. alínea p) – classificação das peregrinações segundo o critério da iniciativa). No entanto, trata-se de uma prática religiosa recomendada ou favorecida, mas não de um *dever religioso* cujo cumprimento assumia um carácter obrigatório.

Se o que fica dito anteriormente constitui a regra geral do ponto de vista deste critério, deve mencionar-se que nem sempre é assim, podendo os responsáveis religiosos desincentivar ou mesmo proibir certas peregrinações, nomeadamente, a lugares cuja sacralidade ou eventos fundadores (pretensas aparições, etc.) não são reconhecidos pelas autoridades da religião em causa. Nestes casos estaremos em presença de peregrinações *não incentivadas*, realizadas à margem das orientações dessas autoridades.

No quadro de certas religiões, porém, a peregrinação é considerada uma das obrigações a que os crentes estão adstritos. O exemplo com que se costuma ilustrar as peregrinações cuja realização é religiosamente *obrigatória* é o da hajj, que constitui um dos pilares do islamismo e que se consubstancia no dever de todo o bom muçulmano se dirigir em peregrinação a Meca ao menos uma vez na vida e aí cumprir certos rituais prescritos pelo Alcorão e pela Sunna³.

Um “*tertium genus*” entre os dois tipos anteriores será constituído pelas chamadas peregrinações *penitenciais*, relativamente usuais na época medieval e que ainda hoje poderão acontecer, como penitência o mais das vezes autoimposta por alguns crentes, para remissão dos seus pecados.

Nestas situações, as dificuldades próprias da deslocação e, nalguns casos, os perigos existentes ao longo do caminho, seriam para os peregrinos algo como uma penitência.

Com efeito, como aventam Turner e Turner (1978, p. 232), a peregrinação poder-se-á ter tornado, de certa forma, uma extensão do sacramento da penitência, referindo que “na Alta Idade Média, especialmente quando a Igreja se tornou fortemente estruturada, a peregrinação foi incorporada no seu sistema penitencial, chegando a ser preceituada como punição para crimes de natureza secular”. Na mesma linha, Nolan e Nolan (1989, p. 20), acrescentam que “a peregrinação cristã é uma expressão puramente voluntária de devoção religiosa. Em certos tempos e lugares a peregrinação foi encorajada mas, exceto para certas exigências penitenciais impostas a heréticos e criminosos durante a Idade Média, empreender uma jornada religiosa nunca foi um dever para um cristão.”

Na atualidade, sobretudo nas sociedades secularizadas do Ocidente, como acontece em Portugal, o carácter voluntário ou facultativo da peregrinação enquanto prática religiosa caracteriza formas de inserção religiosa mais fluida – religiosidade modular (“formas de socialidade religiosa marcadas pela mobilidade e pelos modos de associação temporária” – Teixeira, 2019, p. 49), que se diferenciam da tradicional pertença de base paroquial.

Origens

Uma classificação clássica das peregrinações (Turner, e Turner, 1978; Bertrand e Muller, 1999), sobretudo relativas às religiões históricas, distingue-as com base nas suas

3 De referir, todavia, que esta obrigação não é absoluta, pois dirige-se apenas aos que efetivamente tenham os meios para realizar essa viagem. Aliás, embora esta seja a peregrinação por excelência da religião islâmica, outras deslocações religiosamente motivadas (designadas por *ziarat*) são também comuns neste contexto, como é o caso de visitas a túmulos de pessoas reconhecidas pela sua santidade ou martírio. Por outro lado, a deslocação a Meca, quando ocorra fora da época estabelecida no calendário islâmico (num determinado mês do ano lunar, denominado *Dhul-Hidja* – o mês de peregrinação), não tem o mesmo significado religioso e designa-se por *Umrab* – a pequena peregrinação, sendo esta facultativa, se bem que recomendada.

origens, diferenciando o que chamam peregrinações *prototípicas* (ligadas aos lugares fundadores ou centrais dessas religiões, como Roma ou Jerusalém para os cristãos, Meca para os muçulmanos, ou Benares para os hindus), *arcaicas* (em que as peregrinações atuais são realizadas a lugares também sagrados para religiões antigas, eventualmente já desaparecidas, num certo sincretismo peregrinacional, como acontece em Croagh Patrick – Irlanda, com peregrinações cristãs que seguem os traços de práticas célticas preexistentes)⁴, *medievais* (trata-se de peregrinações especificamente cristãs que correspondem, como em Santiago de Compostela, Chartres ou Assis, a formas coevas de espiritualidade) *pós-tridentinas* ou *modernas* (resultantes da Contra-Reforma católica concebida e desenvolvida pelo Concílio de Trento, de carácter acentuadamente devocional e a expressões de piedade marianas ou outras, em reação ao protestantismo e ao secularismo, com o seu auge no séculos XIX e XX, muitas vezes relacionadas com testemunhos de aparições ou visões). Estas peregrinações, como as de Fátima, Lourdes ou La Sallete são qualificadas como modernas, para as distinguir das peregrinações de origem medieval.

Em conformidade com esta classificação, poderemos talvez qualificar como peregrinações *contemporâneas* certas práticas peregrinacionais da atualidade, em que se cruzam novos elementos e motivações, como uma espiritualidade de cunho religioso mais difuso, com as novas relações de pertença menos marcadas e com vivências da fé de carácter híbrido e flutuante. Nestas, coincidindo ou cruzando-se com peregrinações do modelo anteriormente focado, aliam-se antigas formas de deslocação e itinerários já calcorreados pelos peregrinos tradicionais com necessidades de superação de quotidianos urbanos (incluindo até uma componente de desafio físico mais próximo de uma vertente desportiva) e de proximidade à natureza. Encontramos deste tipo de peregrinos nos caminhos de Santiago ou mesmo em direção a Fátima.

Ainda dentro das peregrinações de tipo contemporâneo, embora claramente distinguíveis daquelas a que acabámos de fazer referência, podemos inserir um certo género de peregrinações que se foram multiplicando no séc. XX na América do Norte, que Preston (1990) designa como “peregrinações sintéticas” e que diferencia das peregrinações tradicionais (ou orgânicas, na medida em que ancoradas nas tradições europeias, características de um mundo rural, socialmente estratificado e enraizado em relações familiares).

Para o autor citado, muitas peregrinações nos EUA dirigem-se a santuários que, embora apropriando-se, fragmentadamente, de linguagens, símbolos, devoções e iconografias oriundas de antigas tradições europeias, se consubstanciam num autêntico mosaico religioso que podemos comparar à utilização de pastiche na arquitetura, cujo principal objetivo é atrair um leque o mais alargado possível de peregrinos de diferentes proveniências socioculturais. Preston (idem, p. 23) defende que estas “peregrinações

4 A propósito das peregrinações arcaicas Digance (2003, 2006) apresenta um exemplo curioso no contexto das peregrinações a Ayers Rock (Uluru, na designação aborígine) em que coexistem, com alguma conflitualidade, duas lógicas de peregrinação: a prática revivalista da peregrinação pré-histórica e tribal a esta montanha e a moderna peregrinação secular, mais ou menos massificada e turistificada. A primeira está ligada ao antigo uso do lugar segundo as tradições dos povos aborígenes, enquanto a segunda parece inserir-se em correntes espiritualistas do tipo “New Age”.

sintéticas servem funções importantes nas vidas religiosas dos americanos, pois aproximam as pessoas numa sociedade fracionada e altamente pluralista, transformando-as, pelo menos temporariamente, numa entidade homogénea ligada por laços de comunidade religiosa”.

Entre estas duas realidades peregrinacionais contemporâneas a que aludimos supra, existem diferenças facilmente detetáveis, resultantes do próprio contexto em que maioritariamente se incluem: europeu e norte-americano, respetivamente. Em todo o caso, podemos reconhecer que também nas primeiras se identificam alguns dos traços com que Preston (ibidem) caracteriza as segundas: “sob uma plasticidade superficial existe um sentimento de encanto gerado a partir de uma consciência cósmica emergente que cria laços diretos, ligando o indivíduo à humanidade, à natureza e ao cosmos”.

Motivação

No que diz respeito à motivação que preside ao impulso e à decisão de peregrinar, há que estabelecer uma distinção de base entre as deslocações *religiosamente motivadas*, que são o paradigma da própria peregrinação, e as viagens *não religiosamente motivadas* (isto é, com motivações *seculares*), que só metaforicamente poderão ser consideradas peregrinações, pelo menos de acordo com o significado tradicional destas. A partir da realidade norte-americana, Bhardwaj e Rinschede (1990, p. 10) lembram que “não só as peregrinações religiosas na América (embora ‘american style’) não são incomuns, como existe um fenómeno generalizado de peregrinações seculares”.

No âmbito destas últimas, que englobamos nas motivações ligadas ao que designamos de *emoções e afetos*⁵, Liutikas (2018) considera poderem distinguir-se vários subtipos, como as deslocações de adeptos desportivos para apoio às suas equipas e atletas preferidos, e as que chama de peregrinações culturais para fruição de espetáculos musicais, exposições de arte ou outras. Este autor refere-se também às deslocações de natureza *patriótica*, relacionadas com lugares ou eventos com significado histórico, nacional e identitário, à semelhança do que Santos (2010) já tinha apresentado, com base em contributos de vários autores.

Nestas últimas, Digance (2003) dá um exemplo interessante a propósito de uma certa hibridização que parece caracterizar este tipo de peregrinações patrióticas, apontando o caso de Pearl Harbor, valorizado pelos seus visitantes enquanto parque nacional, monumento patriótico e cemitério militar. Quanto a este particular subtipo de “peregrinação”, Turner e Turner (1978) mencionam a existência de uma espécie de anos jubilares laicos (à semelhança dos jubileus proclamados pela Igreja Católica: os anos santos ordinários ou extraordinários, o *Xacobeo*,...) por ocasião de certas datas comemorativas nacionais, como aconteceu em 1976 com o bicentenário da independência dos EUA, em que proliferaram as visitas de multidões aos principais lugares ligados às lutas pelo fim do domínio britânico.

5 Uma designação semelhante já tinha sido proposta por Bhardwaj e Rinschede (1990) ao acentuarem a natureza sentimental (religiosa ou secular) da jornada peregrinacional.

Tipo de participação

Se bem que a peregrinação seja um fenómeno em que a deslocação no espaço, por curta que seja, se apresente como um verdadeiro requisito inerente à sua própria definição, implicando uma dimensão de participação *presencial*, a rádio e, sobretudo, a televisão vieram trazer a possibilidade de uma participação não física, naquilo que se pode designar como “peregrinações” *virtuais*.

Efetivamente, a idade, a doença, o simples comodismo ou outros motivos podem proporcionar uma espécie de “peregrinação substitutiva na segurança e no conforto da sala de estar de cada um” (Digance, 2006, p. 40), no que este autor chama de “peregrinos de sofá”. Com a evolução tecnológica mais recente, incluindo a utilização de *internet*, computadores, *smartphones*, *tablets* etc., as possibilidades deste *tipo de participação* alargaram-se consideravelmente, pois os participantes passivos (“ciberperegrinos”) podem acompanhar quase em tempo real não apenas o que se passa nos lugares de destino (santuários ou outros), mas até os próprios peregrinos reais, interagindo com estes através das redes sociais (*Facebook*, *chats*, *You Tube*, *What’sApp*...), inclusivamente podendo participar nas orações dos grupos em peregrinação, associando-se a estes com grande proximidade (ex., troca de mensagens, fotos, vídeos).

Iniciativa

Na ótica da *iniciativa* ou organização de peregrinações, bem pode afirmar-se que existe uma enorme variedade, já que, em regra, não existe qualquer restrição neste campo. Deste modo, tentaremos sistematizar a realidade peregrinacional, de acordo com esse critério, expondo não exaustivamente o leque de situações possíveis⁶.

Para além das peregrinações *espontâneas*, empreendidas individualmente⁷, em família ou por grupos informais, são multiformes as chamadas peregrinações *organizadas*, que em muitos lugares de acolhimento procedem à sua inscrição prévia junto dos respetivos serviços de apoio (como acontece com o Departamento para o Acolhimento de Peregrinos do Santuário de Fátima) e incluem frequentemente a assistência religiosa

6 A este respeito, Volozinskis (1991) apresenta uma classificação simplificada, distinguindo entre “peregrinações organizadas” (diocesanas, nacionais, etc.), inscritas no calendário oficial do santuário, “peregrinações enquadradas”, que diferem das anteriores por não estarem inscritas antecipadamente, mas serem orientadas por padres ou outros responsáveis religiosos, e ainda os casos de simples “peregrinos isolados”.

7 Como constatámos noutra estudo, “atualmente, parece assistir-se, por um lado, à tendência para o aumento do peso relativo dos peregrinos e visitantes individuais face aos que se deslocam integrados em peregrinações organizadas, o que torna mais complexo o acolhimento dos mesmos, designadamente em termos religiosos. Por outro lado, uma menor massificação das peregrinações organizadas, com diminuição da importância das deslocações promovidas por paróquias e dioceses, exigirá cuidados pastorais mais personalizados e ajustados à especificidade de pequenos grupos” (Santos, 2006, p. 531).

durante a própria deslocação⁸, normalmente propostas por entidades religiosas, mas podendo sê-lo também por agências de viagens (neste caso, mais próximas da realidade do turismo religioso).

Em termos gerais, e com particular incidência no quadro do catolicismo e das suas estruturas de base territorial (como se sabe, a Igreja Católica tem uma organização hierárquica territorializada), as peregrinações distinguem-se de acordo com a escala em que as mesmas são convocadas: *paroquiais*, *diocesanas* e *nacionais*.

Acrescendo às estruturas referidas e ainda no âmbito eclesiástico, são inúmeras as peregrinações *especiais*, sejam as levadas a cabo por ação dos múltiplos movimentos religiosos (incluindo grupos, congregações, ordens, confrarias, etc.), sejam as organizadas como forma de mobilização dos fiéis quando ocorrem certas *ocasiões especiais*, como os anos santos, os jubileus, as jornadas mundiais de juventude, as beatificações e canonizações, entre outras (Bertrand e Muller, 1999). Ainda no quadro das peregrinações de iniciativa especial, pode abranger-se todo o tipo de peregrinações de natureza *setorial* ou por categorias, desenvolvidas por um vasto conjunto de organizações religiosas, civis ou militares – classificação das peregrinações segundo o critério da especialização funcional) ou ainda por *classes etárias* (peregrinações de crianças, jovens, idosos...).

Notas finais

Embora no que se refere aos contextos fora do cristianismo se mantenham em grande parte os padrões tradicionais de peregrinação, quanto às peregrinações católicas, em geral, estas não podem deixar de ser afetadas pelas dinâmicas sociais da modernidade, em que coexistem antigos e novos padrões, refletindo estas certas características que influenciam todo o comportamento religioso, como sejam a destraditionalização, a individualização e a diversificação (Teixeira, 2019).

Em todo o caso, a participação numa peregrinação religiosa pressupõe um conhecimento mínimo do quadro religioso ou do sistema de crenças em que a mesma se insere, por vezes mesmo a intervenção mediadora de um sacerdote ou outro agente religioso qualificado, sob pena de a experiência realizada pelo indivíduo menos preparado se tornar profundamente frustrante (Dignance, 2006). Aliás, algo de semelhante pode acontecer, por exemplo, em deslocações com objetivos de natureza cultural, quando o visitante ou espectador não conhece minimamente o quadro histórico e/ou a chave de leitura para a compreensão e fruição plena da obra de arte, do espetáculo ou do monumento em causa.

Do ponto de vista da sua estrutura, segundo Morinis (1992), encontramos em todas as peregrinações, independentemente das variações que se assinalem, três componentes

8 Um exemplo interessante de peregrinações organizadas é mencionado por Caplan (1997), ao referir o papel dos chamados sacerdotes de peregrinação no incentivo, promoção e manutenção da tradição de certas peregrinações hindus, pois desempenham profissionalmente uma função de assistência aos peregrinos, tanto a nível logístico como religioso, ao longo de várias gerações da mesma família, mantendo a ligação entre esta e o lugar de peregrinação (Prayag-Allahabad). Também no islamismo existem agentes com papel idêntico relativamente aos peregrinos de Meca, os quais lhes servem de guias e agentes de viagem e os auxiliam no correto cumprimento das orações e deambulações rituais prescritas (Rowley, 1997).

invariáveis, que são a deslocação (movimento), o objetivo (destino) e as pessoas envolvidas (peregrinos). Por outro lado, a procura de lugares onde se manifestou o sagrado e cuja importância deriva diretamente do seu significado simbólico, acompanha o homem desde os tempos mais remotos, naturalmente transformando-se em função da evolução registada, pois “mudaram as circunstâncias e com elas as possibilidades e facilidades; acresceu a multidão e diferenciaram-se as motivações” (Lima, 1998: 247).

Quanto a estas, pode apurar-se que, nas peregrinações, realidade mais heterogênea do que poderia à priori supor-se, a par da motivação espiritual (conforto e satisfação espiritual, purificação da alma,...), encontramos outras de ordem mais mundana ou material (riqueza, saúde, longevidade,...) que alguns acreditam poder atingir mais facilmente através desta prática.

A heterogeneidade a que nos referíamos fica bem patenteada, a nosso ver, no quadro traçado com base num conjunto alargado de critérios (dificuldade física, formalidade, número de pessoas, tipo de transporte, percurso, especialização funcional, duração, periodicidade, destino, estabilidade, dever religioso, origens, motivação, tipo de participação e iniciativa) que constitui o cerne do trabalho que agora se conclui com estas breves notas finais.

Como procurámos analisar, são inúmeras as modalidades de peregrinação, em função de cada um dos vetores classificativos utilizados, tornando mais evidente a diversidade e contemporaneidade de uma forma de mobilidade antiga e singular – a peregrinação.

Referências bibliográficas

BHARDWAJ, S.; RINSCHÉDE, G.. Pilgrimage in America: An Anachronism or a Beginning?. *Geographia Religionum*, Berlin, 1990, Band 5, pp. 9-14.

BERTRAND, J-R. e MULLER, C.. *Géographie des pèlerinages. Religions et Territoires*. Paris: L’Harmattan, 1999, pp. 39-63.

CAPLAN, A.. The Roles of Pilgrimage Priests in Perpetuating Spatial Organization within Hinduism. *Sacred Places, Sacred Spaces – The Geography of Pilgrimage*, U.S.A., 1997, pp. 209-233.

COLLINS-KREINER, N.. Pilgrimage-Tourism: Common Themes in Different Religions. In: *Internacional Journal of Religious Tourism and Pilgrimage: Vol. 6: Iss.1*, 2018, pp. 8-17, Disponível em: <https://arrow.dit.ie/ijrtp/vol6/iss1/3> Acesso em: 02/05/19.

DEFFONTAINES, P.. *Géographie et Religions*. Paris: Gallimard, 1948, 439 p.

DIGANCE, J.. Pilgrimage at Contested Sites. *Annals of Tourism Research*, 30 (1), 2003, pp. 143-159.

DIGANCE, D. J.. Religious and secular pilgrimage – Journeys redolent with meaning. In: THIMOTHY, D. J. e OLSEN, D. H. *Tourism, Religion and Spiritual Journeys*. London: Routledge, 2006, pp. 36-48.

JACKSON, R; Rinschede, G.; KNAPP, J.. Pilgrimage in the Mormon Church?. *Geographia Religionum*, Berlin, 1990, Band 5, pp. 27-57.

LIMA, J. S.. "Simbólica das romarias e das grandes concentrações nos Santuários e sua pertinência pastoral", in *Actas do Congresso Internacional de Fátima – Fenomenologia e Teologia das Aparições (09-12/10/1997)*, Fátima: Santuário de Fátima, 1998, pp. 245-256.

LIRO, J.; SOLJAN, I.; BILSKA-WODECKA, E.. Spatial Changes of Pilgrimage Centers in Pilgrimage Studies-Review and Contribution to Future Research. In: *Internacional Journal of Religious Tourism and Pilgrimage: Vol. 6: Iss.3, Article 3*, 2018, pp. 3-17. Disponível em: <https://arrow.dit.ie/ijrtp/vol6/iss3/3> Acesso em: 02/05/19.

LIUTIKAS, D.. Catholic Pilgrimage in Europe: Contemporary Traditions and Challenges. In *Global Perspectives on Religious Tourism and Pilgrimage*. EL-GOHARY, H.; EDWARDS, D. e EID, R. (ed.). USA: IGI Global, 2018, pp. 84-103.

MORINIS, A. Introduction. *Sacred Journeys – The Anthropology of Pilgrimage*, London: Greenwood Press, 1992, pp. 1-28.

NOLAN, M. L.; NOLAN, S.. *Christian Pilgrimage in Modern Western Europe*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1989, 422 p.

OLSEN, Daniel H.. Ritual Journeys in North America: Opening Religious and Ritual Landscapes and Spaces, *International Journal of Religious Tourism and Pilgrimage*, Vol. 4, Iss. 1, 2016, pp. 34-48.

PRESTON, J.. *The Rediscovery of America: Pilgrimage in the Promised Land*. *Geographia Religionum*, Berlin, Band 5, 1990, pp. 15-26.

ROWLEY, G.. *The Pilgrimage to Mecca and the Centrality of Islam. Sacred Places, Sacred Spaces – The Geography of Pilgrimage*, U.S.A., 1997, pp. 141-159.

ROSENDAHL, Z.. *Espaço e Religião: uma abordagem geográfica*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, NEPEC, 1996, 89 p.

ROSENDAHL, Z.. *O Espaço, o Sagrado e o Profano*. In ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (org.), *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ (série Geografia Cultural), 1999, pp. 231-247.

SANTOS, Maria da Graça Mouga Poças. *Espiritualidade, Turismo e Território: estudo geográfico de Fátima*. Lisboa: Principia, 2006, 702 p..

SANTOS, Maria da Graça Mouga Poças. *Estudo sobre o perfil do visitante de Fátima: contributo para uma acção promocional em comum da rede COESIMA*. Porto: Edições Afrontamento, 2008, 100 p..

SANTOS, Maria da Graça Mouga Poças. *Conhecimento Geográfico e Peregrinações: contributo para uma abordagem teórica*, ROSENDAHL, Zeny (org.). *Trilhas do*

Sagrado. Rio de Janeiro: EdUERJ – Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010, pp. 145-187.

SANTOS, Maria da Graça Mouga Poças. Redes de cooperação no âmbito do turismo religioso. Livro de Homenagem à Doutora Fernanda Cravidão. In CUNHA, L.; SANTANA, A. P.; LOURENÇO, L.; SANTOS, N.; NOSSA, P. (eds.), 2019 (no prelo)

SANTOS SOLLA, X. M.. El Camino de Santiago como alternativa turística de Galicia, in *Actas del Congreso Internacional de Geografía – Los Caminos de Santiago y el territorio*. Santiago de Compostela, 1993, pp. 783-800.

SINGH, S. Managing the Impacts of Tourist and Pilgrim – Mobility in the Indian Himalayas. *Revue de Géographie Alpine*, Tomo 90, n.º 1, 2002, pp. 25-36.

STODDARD, R. H.. Defining and Classifying Pilgrimages", in STODDARD, R.; MORINIS, A. (ed.), *Sacred Places, Sacred Spaces – The Geography of Pilgrimage*. Baton Rouge: Louisiana State University, 1997, pp. 41-60.

TANAKA, H.. The Evolution of a Representative Japanese Pilgrimage as a Complex Self-Organizing System. *The Cosmology and Complexity of Pilgrimage*, New Delhi, (05-09/01/1999). Disponível em: <http://www.colorado.edu/Conferences/pilgrimage/papers/Shimazaki.html> [consultado em 12/04/1999].

TEIXEIRA, A.. *Religião na sociedade portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2019, 103 p.

TURNER, V. e TURNER, E .. *Image and Pilgrimage in Christian Culture*. New York: Columbia University Press, 1978, 281 p.

VOLOZINSKIS, L.. *Le phénomène du tourisme religieux en France*. Milano: B.I.T.- Borsa Internazionale del Turismo, 1991, 176 p.

Recebido: 8 de julho de 2019.

Aprovado: 18 de outubro de 2019.